



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0436/18	DATA: 29/05/2018	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 15h07min	TÉRMINO: 17h04min	PÁGINAS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO SCHMITT - Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Ginástica — CBG.
MARCEL FERRAZ CAMILO - Advogado do Coordenador Técnico da Seleção Brasileira de Ginástica Artística, Marcos Goto.
MIGUEL DE ARRUDA - Diretor da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP.

SUMÁRIO

Debate sobre escândalos vinculados à ginástica artística brasileira.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Boa tarde a todos.

Esta reunião de audiência pública está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 230, de 2018, de autoria minha e dos Deputados Fábio Mitidieri, Cabuçu Borges e Alexandre Valle, e visa a debater os escândalos vinculados à ginástica artística brasileira.

Para dar início às apresentações, convido para tomar assento à mesa o Sr. Paulo Schmitt, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Ginástica — CBG; o Sr. Marcel Ferraz Camilo, advogado; o Sr. Marcos Goto, Coordenador Técnico da Seleção Brasileira de Ginástica Artística; e o Sr. Miguel de Arruda, Diretor da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP.

Informo que foram convidados para participar da audiência, mas não puderam comparecer: o Sr. Fernando de Carvalho Lopes, técnico de ginástica artística do Clube de Campo Movimento de Expansão Social Católica — MESC; o Sr. Antonio Gomes de Oliveira, Presidente Executivo do Clube de Campo Movimento de Expansão Social Católica — MESC; e a Sra. Joanna de Assis, repórter dos canais *SporTV* e *Globo*. Também foi convidado para participar o atleta de ginástica artística Petrix Barbosa. Entretanto, ele não respondeu ao nosso convite.

Nós temos um documento que foi encaminhado pelo Sr. Antonio Gomes de Oliveira, Presidente da Diretoria Executiva do Clube MESC, que diz:

Considerando a importância da matéria a ser discutida — escândalos envolvendo a ginástica artística brasileira —, gostaria, como atual Presidente do Clube MESC, de fornecer alguns esclarecimentos, conforme abaixo:

O Sr. Fernando de Carvalho Lopes, contra o qual recaem graves acusações de prática de crimes de natureza sexual supostamente praticados entre 2002 e 2005, foi, por minha determinação, afastado de todas as atividades que exercia nas dependências do Clube MESC em 30 de abril, ocasião em que seu contrato de trabalho foi interrompido por completo.



Informo ainda que o mesmo colaborador exercia, junto ao Clube MESC, apenas atividades administrativas desde 2016, ano este em que passou a exercer a função de supervisor de atividades esportivas, e não mais de técnico e/ou professor.

O Clube MESC irá oportunamente se habilitar junto aos autos do processo-crime que eventualmente será aforado pelo Ministério Público de São Paulo em desfavor do colaborador em questão (considerando que, por ora, existe apenas inquérito policial tramitando em segredo de justiça, até onde sabemos, sem indiciamento), no sentido de acompanhar toda a discussão judicial e, se for o caso, adotar inclusive medidas judiciais próprias em face do colaborador citado.

Por fim, o Clube MESC coloca-se à inteira disposição de V.Exa. para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários, bem como para recebê-lo em diligência em nossas instalações, acompanhado dos demais membros dessa respeitável Comissão, reiterando o nosso compromisso com a segurança e o bem-estar de nossos associados, dependentes e visitantes, sobretudo aqueles menores de idade.

Atenciosamente,

*Sr. Antonio Gomes de Oliveira, do Movimento
Expansão Social Católica — MESC*

Presidente da Diretoria Executiva

Na sequência, eu vou passar a palavra...

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Pode falar, Deputado Fábio Mitidieri.



O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Sr. Presidente, antes de V.Exa. conceder a palavra aos oradores, eu queria dizer que estão presentes hoje nesta Comissão apenas os representantes da Confederação Brasileira de Ginástica — CBG e da Universidade de Campinas — UNICAMP. Eu fico muito feliz e agradecido pela presença, mas destaco a ausência do Fernando, denunciado na matéria da Rede Globo, que motivou a realização desta audiência pública; dos representantes do Movimento de Expansão Social Católica — MESOC, ambiente em que, teoricamente, ocorreram os crimes; e da repórter Joanna de Assis, que fez a entrevista.

Hoje nosso intuito é entender como a CBG reagiu ao fato, como vem trabalhando esta questão na Seleção Brasileira de Ginástica, se está fazendo alguma prevenção neste sentido e se há acompanhamento psicológico dos atletas. A maioria dos atletas de ginástica começa muito cedo no esporte, não é, Deputado Evandro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Sem dúvida, Deputado.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Crianças de 10 ou 12 anos já estão na ginástica e muitas vezes moram longe dos pais.

Gostaria de saber como se faz o acompanhamento, para que casos como este não venham a se repetir ou acontecer em outros esportes, muito menos na ginástica.

É importante ouvirmos a UNICAMP e a CBG, para sabermos como estão tratando este assunto dentro destas instituições, se algo semelhante já ocorreu e qual o tipo de prevenção.

Eu acho que o debate será interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Passo a fazer alguns comunicados.

Antes de passarmos à exposição dos nossos convidados, informo as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública.

O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 10 minutos para as preleções, não podendo ser aparteado. Quanto aos 10 minutos, havendo necessidade, poderão ser estendidos. Não há nenhum problema.

Após as exposições, será aberto o debate. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Será permitida a réplica de qualquer participante que for citado durante o debate.



Comunico que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e-Democracia, com *link* disponível na página da Comissão do Esporte, no portal da Câmara, possibilitando-se a participação popular por meio de perguntas dirigidas a esta Comissão.

As pessoas presentes neste plenário também poderão fazer perguntas, por meio de formulário disponível com a equipe da Secretaria.

Vamos começar nesta ordem: falará o Sr. Paulo Schmitt, representante da Confederação Brasileira de Ginástica; em seguida, o Sr. Marcel Ferraz Camilo; por fim, o Prof. Miguel de Arruda.

Eu gostaria de me somar ao Deputado Fábio Mitidieri, que ressaltou, primeiro, que esta Comissão tem o grande objetivo de salvaguardar a responsabilidade que tem pelo esporte. Eu diria que, se temos algum problema, precisamos enfrentá-lo, para resguardamos a possibilidade de os pais terem a segurança de encaminhar seu filho ou filha ao esporte.

Segundo, pela nota técnica que nos foi encaminhada pelo MESCC, existe uma denúncia na qual nem a Confederação Brasileira de Ginástica, nem a Federação Paulista de Ginástica foram, em nenhum momento, citadas quanto a esta situação. Trata-se de uma questão de um clube, por meio de uma denúncia, e nós não temos a função de justiceiros perante ações sobre as quais vamos falar.

No espírito de colaboração, estão presentes o representante da Confederação Brasileira de Ginástica, o advogado que representa o Sr. Marcos Goto e o Prof. Miguel de Arruda, doutor pela UNICAMP na área de crescimento e desenvolvimento aplicado ao esporte.

Tudo isso é para termos discernimento do que está sendo acusado o Sr. Fernando de Carvalho e das acusações, que são completamente distintas, em relação ao Sr. Marcos Goto.

Eu até me pronunciei ontem na *TV Câmara* sobre este assunto, para termos entendimento do caso.

Nós precisamos ter serenidade e prudência para entender que, se algo aconteceu, foi um caso isolado, e nós temos que buscar a essência, em qualquer modalidade esportiva que for.



Espero que, ao fim, saíamos desta audiência, Deputado Fábio Mitidieri, com um protocolo de ações que chegue aos comitês de ética, ao Conselho Federal de Educação Física e a outros conselhos. Espero, igualmente, que tenhamos a responsabilidade, como Casa que representa o povo, uma Casa de Leis, de montar um protocolo sobre um procedimento que valha de agora para a frente.

Nós já tivemos conhecimento de um material muito bom, elaborado pela Confederação Brasileira de Ginástica. Eu acredito que, ouvindo as partes, teremos a oportunidade de saber o que aconteceu.

Precisamos ter um espírito construtivo para não cairmos no erro de satanizar esta área do esporte, que muito colabora, muito mesmo — talvez seja a que mais colabora —, para o processo de ensino e de aprendizagem, para o desenvolvimento de valores, para a formação do adulto, o que envolve respeito, disciplina, hierarquia e determinação. É isso que o esporte acaba promovendo.

Nós temos problemas? Sim, temos. Quais são os problemas? Vamos resolvê-los. Acho que a solução dos problemas que vivemos passa por este debate.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Schmitt, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Ginástica — CBG.

O SR. PAULO SCHMITT - Muito boa tarde a todos.

Deputado Evandro Roman e Deputado Fábio Mitidieri, agradeço a V.Exas. o convite para a Confederação prestar os esclarecimentos. Aos meus companheiros de Mesa — o Marcel Camilo e o Prof. Miguel de Arruda, representante da universidade — reitero que estamos aqui, como já antecipei ao Deputado Fábio Mitidieri, para colaborar e falar, sem nenhum constrangimento, sobre este tema. Nós enfrentamos esta situação há muito tempo.

Fazendo um rápido retrospecto, esclareço que o afastamento desse treinador aconteceu um pouco antes dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Nós tivemos a informação, por meio da imprensa e das autoridades locais, de que o treinador estava sendo impedido de exercer suas atribuições nos locais de competição. Em vista dessa impossibilidade, nós resolvemos, na Confederação, afastá-lo de suas atribuições. Ele exercia atribuições multidisciplinares. Nós não temos apenas um treinador nas modalidades: são diversos os treinadores.



Para quem não a conhece, a Confederação Brasileira de Ginástica é formada por sete modalidades dentro de uma só Confederação. Temos treinadores de ginástica artística, de ginástica rítmica, de aeróbica. Enfim, são sete modalidades que compõem a estrutura da Confederação.

Pouco antes dos Jogos Olímpicos, nós deparamos com este problema. Trata-se de um problema sério, que precisa ser resolvido.

A Confederação, sem saber o que estava acontecendo, sem a menor ciência do fato, que ainda tramita em absoluto segredo de justiça, teve que afastar o treinador. Acertou, entre aspas, “no escuro”, hoje, diante dos fatos revelados, mesmo que ainda sob sigilo, ainda que supostamente atribuídos ao treinador fatos escandalosos, mas a Confederação se viu, de certa forma, aturdida e muito surpresa com os fatos revelados pelo programa. À época, nós o afastamos.

Não tivemos mais notícia do treinador desde aquela época até recentemente, com os fatos noticiados pelo *Fantástico*. Em seguida aos fatos veiculados pela reportagem do *Fantástico*, nós emitimos uma nota em que externamos nossa preocupação, bem como a necessidade de ouvir o atual coordenador da Seleção, o Sr. Marcos Goto, uma vez que ele continua vinculado às atividades da Confederação e estava sendo, também entre aspas, “supostamente” acusado de omissão, e de prestar esclarecimentos à sociedade quanto ao que a Confederação já vinha fazendo.

A impressão é que você é surpreendido pelo fato. Alguns podem perguntar: “Mas o que você está fazendo?” Se há uma palavra que não pode ser dita ou atribuída à Confederação Brasileira de Ginástica é que ela não estava fazendo nada. Portanto, se há algo que eu posso pegar do fim da fala do Deputado Roman e responder diretamente à pergunta é: as crianças estão sendo protegidas, sim, na esfera, nas atribuições, dentro da jurisdição da Confederação Brasileira de Ginástica. Por quê? Porque todos esses fatos que estão sendo noticiados, a que vulgarmente se chamou escândalo dentro da ginástica, ocorreram absolutamente fora do ambiente da Seleção.

A Confederação Brasileira de Ginástica, pelo menos nos últimos 8 anos, tem apresentado resultados de pouca comparação ao esporte brasileiro. Nós fomos medalhistas nos Jogos de Londres — recebemos medalha de ouro. Fomos medalhistas no Rio de Janeiro, com medalhas de prata e de bronze. Já participamos



de várias competições internacionais e alcançamos os melhores resultados possíveis. Aliás, isso aconteceu recentemente, na ginástica rítmica e na ginástica artística: a ginástica rítmica ficou em quarto lugar numa competição mundial; na ginástica artística, fomos campeões sul-americanos.

O fato é que a Confederação vem trabalhando em prol da ginástica — esta é a sua obrigação, ela não está fazendo nenhum favor. Ela vem desempenhando esta obrigação, buscando o maior e melhor ponto de desenvolvimento que entendemos poder alcançar.

Pensando nisso, Deputados e demais presentes, já em janeiro deste ano, por iniciativa junto ao Comitê Olímpico do Brasil, a Confederação elaborou e realizou um seminário de ginástica para treinadores — só para treinadores. Na temática da programação, por sugestão do nosso atual coordenador Marcos Goto, incluímos o abuso e o assédio sexual e moral nas análises que deveriam ser realizadas pela plenária e pelos participantes, que eram treinadores de ginástica. Nós fizemos isso dentro de uma programação diferenciada.

Trata-se de um tema difícil, em relação ao qual nós não tínhamos nenhuma similitude, nenhuma proximidade. No entanto, nós tínhamos, sim, como alerta o que havia acontecido nos Estados Unidos no caso daquele médico.

Por conta do que havia acontecido nos Estados Unidos, assim como o mundo todo, a Confederação Brasileira de Ginástica, em particular, resolveu tratar do tema assédio moral e sexual e abuso no esporte, particularmente na ginástica, como um assunto de relevância, de importância.

Fizemos isso num seminário em janeiro. Em março — portanto, muito antes da reportagem do *Fantástico* —, nós firmamos um termo de colaboração com o Ministério Público do Trabalho, em uma iniciativa inédita no Brasil. E não foi só a Confederação Brasileira de Ginástica: eu faço parte da assessoria jurídica de outras confederações, às quais levei essa mesma iniciativa de colaboração do Ministério Público do Trabalho, que tem, sim, atribuições e *know-how* para tratar do tema, por conta do assédio no ambiente de trabalho. Nós levamos essa cooperação para outras confederações, como a Confederação Brasileira de Ciclismo e a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, assim como para a Confederação Brasileira de



Ginástica. Dessa cooperação, surgiu a elaboração de atividades preventivas e educativas, já em março.

Esta cartilha que estamos distribuindo aqui não nasceu por causa do escândalo. Só a análise dela, pela densidade que tem, já é fruto de um trabalho que vem de algum tempo e que culminou no seu lançamento na última semana.

Antes mesmo de tudo o que aconteceu, na Assembleia Geral da Confederação Brasileira de Ginástica, também no mês de março, no mesmo dia em que firmamos a parceria com o Ministério Público do Trabalho, nós aprovamos o nosso Código de Ética.

Muito se fala de Código de Ética, de comitê de integridade, mas a Confederação Brasileira de Ginástica, a Confederação Brasileira de Ciclismo, a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos e outras confederações — eu diria que são poucas confederações — foram entidades que se preocuparam, sim, com a elaboração e a aprovação de um Código de Ética, em suas assembleias gerais, contando, portanto, com todos os seus filiados e com a participação da Comissão Nacional de Atletas, de clubes e de federações.

Na sequência, dentro da programação já feita em março, por conta da colaboração com o MPT, criamos uma portaria da Confederação, em que regulamos padrões de conduta e de combate ao assédio sexual, ao assédio moral e aos abusos. Nesta Portaria nº 4, de 2018, fizemos, inclusive, a composição do nosso Comitê de Ética e Integridade, que está em pleno funcionamento.

Na última semana, na última quinta-feira, numa obrigação da Confederação, nós demos posse ao novo mandato, à nova composição do Superior Tribunal de Justiça. Aproveitamos a oportunidade para lançar a cartilha, num projeto do Ministério Público do Trabalho. Trata-se do primeiro documento brasileiro sobre esse tema voltado exclusivamente para o esporte. Provavelmente há imperfeições. Aliás, certamente essa cartilha vai precisar de aperfeiçoamentos, que virão com o debate nesta audiência e em tantas outras iniciativas para o esporte afora.

Nessa mesma ocasião, na última quinta-feira, fizemos um lançamento inédito no esporte olímpico — inédito, porque não há isso em nenhuma entidade de esporte olímpico. Refiro-me a um canal de denúncias, orientação e acesso ao nosso Comitê de Integridade. Está aqui o Dr. Fernando Silva Júnior, Presidente do Comitê de



Integridade. Enfim, trata-se de uma área exclusiva, totalmente diferente do que existe no esporte olímpico, com a cartilha, o Código de Ética, a análise direta de denúncias e as orientações encaminhadas ao nosso Comitê de Ética e Integridade, que é independente da Confederação, que tem autonomia, sim, para aplicar sanções de natureza ética por violação do Código de Ética da CBG. Trata-se de um documento altamente relevante, assim como as nossas demais normativas.

O que a Confederação Brasileira de Ginástica quer deixar absolutamente pautado, com muita tranquilidade, é que, no Brasil, quando se fala em assédio sexual, assédio moral e abusos no ambiente esportivo, a Confederação Brasileira de Ginástica — não de hoje, muito pelo contrário — vem adotando inúmeras medidas preventivas, até com condições de repressão de fatos que se relacionem ao tema.

Todas as nossas seleções — são a nossa jurisdição principal — estão aparelhadas com profissionais de Educação Física, profissionais da área médica e da área de saúde. Como eu disse, nós temos sete modalidades na Confederação, que obviamente precisa de aporte. Tenho certeza de que todos aqui sabem, mas não custa nada lembrar que, após as Olimpíadas do Rio, nós vivemos um abismo econômico no esporte brasileiro. Parece que colocamos todo o dinheiro que tínhamos naquele momento olímpico.

Mesmo diante dessa dificuldade — certamente vamos contar com a participação dos nossos Parlamentares para tentar reverter esse quadro de escassez econômica —, mesmo diante dessa realidade, nós tivemos o cuidado de, com essas parcerias, com criatividade e com muito voluntariado, tratar das questões educativas e repressivas. E digo mais: tratamos não só do tema do assédio, dos abusos, mas também do combate ao *doping*, à manipulação de resultados, à violência e às fraudes esportivas em geral.

Eu sou egresso de uma área da Justiça Desportiva. Fiquei 12 anos na acusação, uma função bastante difícil na área do futebol brasileiro. Refiro-me à Procuradoria-Geral do STJD do Futebol. O Dr. Fernando, aqui presente, também fez parte dessa história dos membros da Justiça Desportiva.

Nós sabemos que, para o enfrentamento deste e de tantos temas relevantes, quando não há dinheiro, duas coisas são necessárias: criatividade e voluntariado.



Estamos contando com isso. A Confederação está dando todas as condições para que isso aconteça.

Deputado Roman, Deputado Fábio, colegas da Mesa, demais presentes, esperamos ter condições, sim, de enfrentar este e outros temas. Estamos absolutamente à disposição para todos os questionamentos relativos a isso, com a transparência de todas as nossas ações. Tudo o que eu disse agora está no *site* da CBG, num canal aberto ao público, na nossa área exclusiva para este e outros temas relacionados a essas questões.

Como eu disse, permaneço à disposição para o que precisarem.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sr. Paulo Schmitt. Todos conhecemos a sua história, a sua trajetória e a militância sempre presente, voltada principalmente ao Direito Desportivo. Esse trabalho sempre foi muito valorizado por todos.

Como Presidente desta sessão e autor do requerimento para a realização desta audiência, permito-me dizer que o nosso grande objetivo é preservar as instituições, tratar na Justiça os casos que sejam de competência da Justiça, tratar na polícia os casos que sejam de competência da polícia, mas, principalmente, não cometer injustiças. Esse é o nosso grande trabalho.

O senhor tocou num assunto muito importante. Eu tenho certeza de que o Deputado Fábio Mitidieri vai concordar comigo. No que diz respeito ao esporte, eu diria que não foi o dinheiro que acabou, mas, sim, a credibilidade. Nós sofremos com isso nesta Comissão. Temos dificuldade de usar a tribuna para levantar a bandeira do esporte. Eu sou oriundo do esporte. Todas as vezes em que temos que votar algo muito espinhoso em relação ao esporte, nós vamos aos demais Deputados para conversar, e todos eles dizem: *“Vocês tiveram 1 década em que o Brasil trabalhou para vocês! Vocês nos prometeram um legado. E o legado deixado por vocês é este: ex-Presidente do COB preso, um monte de problemas nas arenas feitas para a Copa do Mundo, problemas em vários locais”*.

O Deputado Fábio Mitidieri, a Deputada Flávia Morais, que está aqui, e eu sabemos como é difícil levantar essa bandeira. É aquela velha história: o dinheiro nunca acaba, só troca de mãos. E nós perdemos muito a nossa credibilidade.



Eu conversei com o Dr. Ismar, do Tribunal de Contas da União — TCU, que me disse que só uma confederação não teve problemas na prestação de contas: por incrível que pareça, foi a confederação de cegos. Todas as demais estão com problemas em relação às prestações de contas dos últimos anos. Então, temos, sim, essa dificuldade.

O dinheiro realmente não acabou. Simplesmente foi dito que não poderiam colocar mais dinheiro no esporte, porque, com o que foi colocado, o setor demonstrou que falta credibilidade. Em muitas situações, fazemos um *mea culpa*, porque não queremos mexer para não dificultar mais ainda a questão do esporte. Não venham pedir para votar algumas situações, porque, se for para falar em superfaturamentos, eu digo que a dificuldade do que chega a nós em alguns momentos é muito pesada! Nós podemos, em algumas situações, avançar, mas eu diria que a ausência de credibilidade hoje é um dos grandes problemas. Nós temos que trabalhar para resgatar isso.

Tem a palavra o Deputado Fábio Mitidieri.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Eu sei que outros palestrantes ainda irão falar, mas quero apenas confirmar que essa é uma realidade que vivemos nesta Comissão. Nós fizemos audiências públicas para debater casos de corrupção em diversas confederações, como a do *taekwondo*, a da natação. Os novos presidentes de algumas confederações vieram aqui para se justificar.

O próprio COB também está passando por esse momento difícil. Agora, com o Paulo Wanderley, a relação melhorou muito. Temos que ser justos, porque, enquanto foi Presidente do COB, mesmo sendo convidado em diversas oportunidades, o Nuzman nunca compareceu à Comissão do Esporte, nunca enviou um representante, nunca deu a menor atenção ao Congresso Nacional, como se a Câmara dos Deputados não tivesse valor nenhum, embora ele executasse suas ações com recursos públicos. Isso demonstra não só desrespeito, mas também uma sensação de impunidade que existia entre eles, mas que hoje não existe mais — pelo menos assim espero.

Como disse o Deputado Evandro Roman, o dinheiro às vezes muda de mãos. Mas era de se esperar que, passados Jogos Pan-Americanos, Copa do Mundo e Olimpíadas, o ciclo de 1 década trazido para o esporte, em termos de investimento,



voltasse à realidade natural. Nós não vamos ter aqui Jogos Pan-Americanos, Copa do Mundo e Olimpíadas todas as vezes. Dessa forma, o setor volta a uma realidade orçamentária anterior. O próprio Ministério do Esporte está sofrendo isso agora: perdeu muito recurso, porque acabaram os investimentos para construção de estádios, ginásios, obras públicas.

O legado maior ficou para a infraestrutura do Rio de Janeiro, pelo que se identifica: metrô, centro da cidade revitalizado. Eu acho que o Rio de Janeiro ganhou 30 anos em uma Olimpíada. Entretanto, o legado esportivo me preocupa, quando vemos a Vila Olímpica passando dificuldade e quando temos que sustentar aquelas arenas com recurso público mais uma vez. Isso realmente dificulta a aquisição de recursos.

Conquistar recursos numa crise econômica como a que estamos vivendo é difícil, mas, como o Deputado colocou muito bem, o maior fator aqui é a credibilidade. Nós que levantamos a bandeira do esporte encontramos dificuldade na hora de discutir alguma coisa sobre orçamento com os colegas Deputados. Isso é difícil, mas nós fazemos aqui o nosso exercício diário de levantar a bandeira do esporte. Nós sabemos que os militantes do esporte brasileiro, na sua grande maioria, são pessoas de bem e estão acostumados a conseguir tudo com muita dificuldade. Então, vamos continuar nessa luta aqui.

Voltando o foco para a participação da CBG na audiência pública de hoje, quero dizer ao Sr. Paulo Schmitt que nós reconhecemos o trabalho e o cuidado que vocês têm na Seleção Brasileira. Nunca houve nenhum tipo de denúncia nesse sentido dentro da Confederação Brasileira de Ginástica. A verdade é que as denúncias feitas se referem a casos que ocorreram em clubes há praticamente 1 década e têm que ser investigados.

Quanto à questão do coordenador técnico Marcos Goto, eu sinceramente acho que, se houve, como eles colocaram lá, algumas brincadeiras de mau gosto — essa relação de treinador e atleta muitas vezes fica no ginásio, fica na relação pessoal deles —, é muito difícil para o diretor ou para a Confederação como um todo saber o dia a dia do atleta em relação a essas brincadeiras, como, por exemplo, o que deixa de ser uma brincadeira e passa a ser uma denúncia formal ou um desabafo de um atleta.



Eu entendo que, se nunca houve denúncia de um atleta da Seleção, se nunca houve denúncia dos pais, ou coisa parecida, há uma distância muito grande entre dizer que houve brincadeiras que de repente se fazem dentro de um treino e dizer que houve má conduta. Nós não somos polícia, como disse o Deputado Evandro Roman, mas quem já passou por treinamentos sabe que essas brincadeiras às vezes ocorrem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Até pela intimidade, não é?

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Exato: pela intimidade. Em 99% das vezes, isso não é nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - É claro.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Agora surge uma situação como essa. Eu acho que nós temos que ter muito cuidado, para não prejudicar um profissional qualificado da Seleção Brasileira como o Sr. Marcos Goto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - E a própria imagem da Confederação.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - E a própria imagem da Confederação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Passo a palavra ao Sr. Marcel Ferraz Camilo, advogado e representante do treinador Marcos Goto.

O SR. MARCEL FERRAZ CAMILO - Eu gostaria de agradecer ao Deputado Evandro Roman, ao Deputado Fábio Mitidieri, ao Sr. Paulo Schmitt, ao Dr. Miguel e a todos os presentes. Quero salientar que o Marcos não está aqui porque está no Sulamericano; senão aqui estaria.

Apesar de ser seu advogado, na verdade, não acredito que o Marcos precise de defesa. Acredito que o currículo dele fale por si só. Desde 1990, ele é treinador. Já passaram mais de 12 mil crianças pelas mãos do Sr. Marcos Goto, sem nenhuma intercorrência, sem nenhum tipo de desabono como profissional. Ele é credenciado no Conselho Regional de Educação Física — CREF, está ligado ao Comitê Olímpico do Brasil — COB e está com a Confederação Brasileira de Ginástica — CBG há mais de 8 anos. Então, acho que o que o reverencia e o que diz quem é Marcos Goto é o próprio trabalho.

Eu gostaria de corroborar as palavras do Dr. Paulo Schmitt no que diz respeito à confecção desta cartilha e ao seminário que foi realizado em janeiro passado, do qual o Marcos foi um dos idealizadores, junto com o Dr. Paulo Schmitt. Inclusive, na



ocasião, foi pedida a autorização para o uso da imagem do nosso maior representante da ginástica brasileira, o Arthur Zanetti, que prontamente a cedeu.

Nós vivenciamos uma situação em que a modalidade é exposta. Entretanto, a modalidade não assedia ninguém; quem assedia são as pessoas. Essa também não é uma questão esportiva. A sociedade vivencia isso. Recentemente, no Chile, vimos todos os cardeais da Igreja Católica renunciando ao cargo por causa de um escândalo.

Então, mais uma vez, eu gostaria de salientar o trabalho desse profissional e de dizer que a CBG toma todos os cuidados, juntamente com o seu coordenador técnico, para que isso não ocorra. Entretanto, existe uma distância muito grande; há vários clubes espalhados pelo País; temos 27 federações. Então, ter domínio total sobre as ações de pessoas é praticamente impossível.

O mais importante é que, no fim de semana passado, corroborando novamente o que o Dr. Paulo Schmitt disse, o Conselho de Ética e o canal para que se façam as denúncias foram instituídos, e as federações estão comunicando todos os seus filiados. Está sendo dada grande divulgação a isso, para preservarmos as crianças, preservarmos os ginastas. Acho que isso é o mais importante.

Estamos nesta Casa exatamente para termos uma maior divulgação, para que os pais que queiram colocar as suas crianças para praticar ginástica ou qualquer tipo de esporte tenham a certeza de que isso está sendo visto, tratado e conduzido da melhor forma possível, para que não tenhamos casos como esse.

A ginástica que nós queremos, o esporte que nós queremos é aquele sem assédio, aquele que educa, que modifica, que transforma socialmente. Nesse sentido, acho muito importante o convite desta Casa. Espero, realmente, que a Casa possa colaborar muito mais para isso. Como o Paulo bem disse, temos a cartilha, que, muito provavelmente, precisa de melhorias. Temos que verificar o que está aqui, para fomentar mais esportes neste País e conseguir modificar a sociedade através do esporte.

Muito obrigado.

O SR. PAULO SCHMITT - Sr. Presidente, demais Deputados presentes, eu gostaria apenas de registrar que estou aqui na condição de Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Ginástica porque a Presidente da Confederação foi convidada, mas teve de ir a Aracaju acompanhar o seu esposo, em uma cirurgia após



um deslocamento de retina, que é algo sério. Registro que a Presidente Maria Luciene gostaria muito de estar aqui para debater sobre o assunto com todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - O senhor pode ter certeza de que nós entendemos a justificativa. O Sr. Antônio Hora Filho, que é muito amigo do Deputado Fábio Mitidieri, entrou em contato conosco e nos relatou essa situação.

Diante das atribuições que tenho, eu gostaria de esclarecer à população que o que existe em relação ao Fernando de Carvalho é muito diferente do que existe em relação ao Marcos Goto. Ressalto que são situações bastante diferentes.

Eu vou correr um risco pelo que vou falar numa sociedade talvez um pouco machista, mas acho que tenho que correr esse risco e dizer: esse período escolar de formação é muito cruel, pois o *bullying* está muito presente na escola — ontem eu falava sobre isso na *TV Câmara* —, principalmente com relação ao gordinho, chamado de “rolha de poço”, de “baleia”, de “Free Willy”, ou seja, é cruel.

Nesse período, o esporte é muito competitivo e as brincadeiras entre os adolescentes de 11 anos a 14 anos são muito frequentes. Isso ocorre com muita frequência. Há, porém, uma diferença muito grande entre brincar com o atleta na intimidade e ser responsabilizado e envolvido numa situação como essa. Há uma diferença muito grande.

Então, é preciso que a sociedade entenda que o que está ocorrendo em relação ao competente treinador Marcos Goto e o que está acontecendo em relação ao Fernando de Carvalho são acusações completamente diferentes. Precisamos ter esse cuidado, porque, do contrário, colocamos todos num mesmo saco, numa mesma denúncia, e isso não é verdadeiro.

A pior coisa que pode acontecer a um homem é olhar no espelho, ao fazer a barba pela manhã, e ver ali uma pessoa injustiçada. Acho que esse é um dos piores sentimentos que alguém pode ter.

Eu tenho esta sensação: não tenho ligações com o Marcos Goto nem com o Fernando, mas o que está sendo reportado ao Marcos Goto — como eu disse, são acusações — não é justo, tendo em vista a história dele, a biografia dele, as conquistas dele. Nós temos que separar as coisas. Caso haja o entendimento de que houve uma possível omissão do treinador, por saber da situação e não ter tomado providência, que isso seja tratado no Comitê de Ética do Conselho Federal de



Educação Física, que tem sua competência, ou mesmo no Conselho de Ética da Confederação Brasileira de Ginástica. O profissional não pode ser esculhambado moralmente, como alguns sensacionalistas gostam de fazer. Vamos colocar cada situação no seu devido lugar.

Vou passar a palavra ao Prof. Miguel de Arruda, que eu tive a satisfação de ter como orientador de mestrado e doutorado, no milênio passado. Na minha tese de doutorado, tivemos a oportunidade de tratar do crescimento, desenvolvimento e maturação de crianças aplicados ao esporte.

Quando vi a manifestação na TV, eu tentei fazer uma separação entre o que há de ciência naquela situação — o professor vai falar sobre isso — e o que possivelmente é abuso.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Pois não. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Antes de mais nada, quero parabenizá-lo pelas suas observações. É exatamente isso que eu penso. Essa situação na escola é um pouco cruel, sim. Todo o mundo sofre e aplica um pouco de *bullying* na infância. Isso é natural. Eu mesmo percebi que, quando V.Exa. falou do *bullying* sobre os gordinhos, V.Exa. olhou para mim diretamente. *(Risos.)*

Então, estaria V.Exa. praticando *bullying* neste momento comigo, Deputado Evandro Roman, meu colega de partido? *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - V.Exa. pode ter certeza de que foi impossível conter o riso, mas não se trata disso. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - V.Exa. saiu pela tangente. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito bem.

Tem a palavra o Prof. Miguel de Arruda, da UNICAMP.

O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Boa tarde a todos e a todas.

Nobres Deputados, cumprimento todos os presentes na pessoa do Deputado Evandro Roman, que já esclareceu o motivo da minha presença — não é pela condição de eu ter sido o seu orientador de mestrado. Espero que essas orientações tenham sido boas e tenham servido para conduzi-lo aqui e o conduzam outras vezes mais.



Qual é a minha participação nesta audiência? São dois panos de fundo: preservação do esporte e preservação de recursos humanos que formamos na universidade.

De onde sai uma denúncia de assédio sexual supostamente atribuída a um treinador de uma modalidade desportiva? De onde esse treinador tirou esse assunto? Em uma das suas alegações, ele fala de uma metodologia utilizada. É nesse sentido que vou conduzir a minha fala.

Vou falar das questões metodológicas em que se usa este indicador: maturação sexual. Estou aqui na função de defensor da universidade, onde formamos os profissionais que atuam diretamente no esporte, além de outros mais, notadamente os profissionais da área da saúde, como aqui já foi apontado pelo Sr. Paulo Schmitt. Há outros profissionais ali envolvidos. Qual é o desdobramento dessa situação? Temos a participação do Dr. Marcel aqui, ou seja, há um desdobramento que chega a outro treinador, a respeito de um assunto que começou lá atrás.

(Segue-se exibição de imagens.)

São quatro os indicadores maturacionais. Um indicador é dental. O que é necessário? Uma radiografia da arcada dentária. Por essa radiografia, é possível ao dentista ou ao odontólogo identificar qual é o nível maturacional daquele sujeito, visto pela arcada dentária.

O segundo indicador é somático, ou seja, é a nossa estrutura corporal. É possível, através de medidas antropométricas — peso, altura e outras medidas que se tomam facilmente —, identificar qual é o indicador maturacional, olhando pelo crescimento físico. Foi com esse indicador que o Deputado Evandro se envolveu quando tratou da temática de crescimento e desenvolvimento, que é uma temática dos conteúdos desenvolvidos em aulas de Educação Física, na formação desses profissionais, seja bacharel, seja licenciado.

O terceiro indicador é ósseo. Este é obtido através de uma radiografia de mão e pulso esquerdos. Através dessa radiografia, é possível chegar a uma idade óssea, que também é identificada como indicador maturacional.

Deixei por último o indicador maturacional sexual, que é a tão falada Escala de Tanner. Esta é a Escala de Tanner usada para o masculino. Aqui está num formato de desenho, porque é menos impactante, mas eu uso nas minhas pesquisas um



formato de foto. O que é isso? São fotos que foram transformadas em desenhos e têm uma classificação, do número 1 ao número 5, para pilosidade pubiana e, do número 1 ao número 5, para o desenvolvimento da genitália. Vocês podem dizer: “*Espera, Miguel! Essas fotos são iguais*”. Sim, são iguais, só que o profissional que for se utilizar disso consegue distingui-las.

Primeiro: como se faz essa metodologia? Essa metodologia, se for por observação direta, só pode ser feita por um profissional médico, em ambiente de consultório, com a criança ou adolescente, masculino ou feminino, acompanhado de um responsável. O procedimento é feito por observação direta.

Nós, na Educação Física, podemos utilizar esse instrumento, mas por meio de autoavaliação: o menino ou a menina, o adolescente ou a adolescente vai para uma sala reservada onde há um *banner* para pilosidade e um *banner* para genitália. Esse menino ou essa menina vai se olhar no espelho que está ao lado desse *banner*, vai olhar para o *banner* e ali vai identificar com qual dos níveis é parecida a sua genitália ou a sua pilosidade. Essa é a autoavaliação possível de se fazer em Educação Física. Vejam: não é o profissional da Educação Física que faz essa avaliação. Ele pode recorrer a isso por meio da autoavaliação.

Na autoavaliação, a criança faz a identificação numa sala reservada. Na sala ao lado, fica o seu responsável. Se a autoavaliação for feita num clube, tem que estar na sala ao lado um responsável do clube: um gerente, o presidente ou alguém escolhido pelo presidente. A criança, então, entrega a ficha para a pessoa que estiver fazendo essa avaliação, que, por exemplo, pode ser o treinador. Então, de posse dessa ficha, com a segurança de que não foi divulgado para ninguém o resultado que essa criança ou adolescente colocou, ele faz a interpretação do nível maturacional em que a criança ou adolescente está.

Se estiver no nível 1 ou no nível 2, essa criança ou adolescente é entendida como pré-púbere, ou seja, não entrou na puberdade. Se estiver no nível 3 ou no nível 4, está dentro da puberdade. Então, nós o chamamos de púbere. Se estiver no nível 5, é pós-púbere, ou seja, já é adulto. Essa é a classificação.

Eu observei que, numa das entrevistas do treinador Fernando, ele se reporta a isso: “*Eu estava olhando a pilosidade*”. Qual é a finalidade de um profissional de Educação Física ter esse indicador? A finalidade é ajustar a carga de treino — essa



expressão é própria do treinamento esportivo. O que é carga de treino? É o treino que se vai fazer: quantas horas de duração, treino de força, treino de velocidade, treino de resistência. Isso depende da modalidade.

Então, a finalidade de um indicador maturacional é ajustar um procedimento pedagógico. Vejam a importância disso! *“Ah, mas em Educação Física? Isso não é da Medicina?”* Sim, essa é uma informação oriunda da Medicina.

James Tanner era um médico cardiopediatra inglês que trabalhava num hospital para crianças em Londres. Ele desenvolveu essa metodologia na década de 50, no milênio anterior. Então, essa metodologia já é usada há muito tempo, e era mesmo exclusiva da área médica. Entretanto, a partir de 1998, a Educação Física migrou: saiu da área de humanidades e, no nosso País, está junto com as outras profissões da área da saúde. Assim, a Educação Física passa também a se utilizar de conteúdos da Medicina. Esse é um conteúdo da Medicina, que, para nós, tem unicamente esta aplicabilidade prática: ajuste de treinamento.

Em uma das falas do Fernando — não estou aqui advogando para um lado nem para o outro —, ele está até justificado naquilo que pretendia. Se houve desdobramentos comportamentais, é outra questão. Não cabe à Educação Física julgar. Como o nobre Deputado Evandro Roman colocou, uma denúncia é um caso de polícia, é um caso para a Justiça julgar se está correto ou não. Mas, para a Educação Física, o procedimento é esse.

Então, esta é uma metodologia utilizada especialmente por quem trabalha com as categorias de base ou em modalidades como a ginástica, que tem o início do treinamento muito precoce — não é muito precoce por desleixo, é muito precoce por necessidade. A natação e a ginástica são modalidades em que o treinamento se inicia muito cedo, por volta dos 6 anos de idade, diferentemente de outras modalidades, como o futebol, o atletismo, o basquete, o vôlei, cujos treinamentos se iniciam por volta dos 10 anos. Então, muitas vezes, o menino ou a menina já está num indicador maturacional mais à frente. Assim, nós nem utilizamos esse indicador. Mas, nessas modalidades em que se inicia o treinamento muito cedo, por necessidade da modalidade, é importante haver esse indicador. Essa é a metodologia.

O que está apontando a academia com relação a isso? Temos dificuldade para trabalhar com isso. Por quê? Se eu for fazer alguma investigação utilizando essa



metodologia, tenho que submeter o projeto a um comitê de ética em pesquisa com humanos. Esse comitê de ética está normalmente sediado em grandes universidades. É um comitê que vai dizer se eu estou respaldado legalmente para me utilizar desse instrumento e se eu fiz a descrição de quais serão os procedimentos que serão verificados para a utilização deste instrumento. É nesse sentido que submetemos um projeto a um comitê de ética.

“Miguel, mas lá era um treinador de clube. Ele não tinha a intenção de fazer pesquisa nenhuma. O caso era mais de aplicabilidade prática. Ele pode fazer?” Pode. Reporte-se ao presidente do seu clube, reúna os pais, envie aos pais um termo de consentimento livre e esclarecido — esta é a expressão desse termo —, e os pais serão anuentes a que aquele treinador ou professor se utilize daquele instrumento com o seu filho.

Então, existe uma retaguarda jurídica para se utilizar de um instrumento como esse; não é ao prazer desse ou daquele treinador, nesse ou naquele momento, com essa ou aquela finalidade. Não! Há instrumentos que dão para a Educação Física sustentação para se utilizar de uma avaliação à semelhança desta.

Estamos caminhando. Desculpem a imodéstia, mas, no nosso País, temos uma equação matemática que se utiliza de medidas antropométricas para chegar a um indicador maturacional, para salvaguardar o professor de Educação Física ao se utilizar desse instrumento.

Eu desenvolvi, com o meu grupo de estudo, uma equação matemática em que usamos o peso, a altura, o comprimento do tronco e o comprimento das pernas. Colocando essas variáveis numa equação, ela me responde se esse menino ou essa menina já passou pelo estirão de crescimento. Estirão de crescimento é uma variável maturacional. Então, é possível saber quantos anos ele está aquém ou além do estirão, e é possível ajustar a carga de treinos.

Por que chegamos a uma equação como esta? Porque se trata de instrumento muito delicado, do ponto de vista jurídico, para ser utilizado. A questão metodológica é essa.

Esse conteúdo é apresentado em disciplinas específicas na formação do professor de Educação Física, seja bacharel, seja licenciado, para que ele possa depois aplicar esse instrumento na sua atividade profissional, com a finalidade



precípua de ajustar o treinamento esportivo ou, melhor dizendo, a atividade precípua de pedagogia do treinamento esportivo — ajuste do treino.

E se ele não fizer isso? Se ele não fizer isso, estará incorrendo em erros metodológicos, podendo expor a criança a uma carga excessiva de treino. Vamos imaginar um maturador lento. O que é um maturador lento? É um garoto que está no estágio 1 ou 2, mas tem 16 anos de idade, ou seja, a sua cronologia está lá na frente, mas a sua biologia está lá atrás. Se eu aplicar muita carga de treino, ele vai se lesionar seguidamente, vai ter problemas no seu desenvolvimento e vai se afastar do esporte. Então, vejam quão importante isso é!

O contrário também pode acontecer: um garoto ou uma garota pode ter 12 anos de idade, mas estar no nível 5, ou seja, com 12 anos já é um adulto. Ele foi um maturador rápido, porque está à frente da sua cronologia. Se a carga de seu treino não for ajustada, também é possível prejudicar aquele garoto.

O que acontece com o maturador rápido? Se ele tem 12 anos de idade em sua cronologia, mas, na biologia, tem 16 anos, ele arrebenta com todo o mundo na modalidade dele, ele é melhor que todo o mundo. Se isso acontece no futebol, ele é mais veloz, ele dá combate mais rápido; se acontece na ginástica, ele tem todo o desenvolvimento facilitado. Então, vejam a importância desse instrumento para nós da Educação Física separarmos questões maturacionais e ajustarmos cargas de treino!

Repito: não nos cabe fazer julgamento sobre procedimentos. Se houve problema de desvio de conduta do treinador ao utilizar esse instrumento, a universidade não vai dar conta disso. A universidade lhe deu o instrumento, e não nos cabe naquele local julgar e condenar esse treinador. Nós vamos explicar o que é a metodologia. Nesse sentido, nós nos preservamos em relação à função da universidade na formação dos seus egressos.

Mesmo com todas as dificuldades do esporte, nobre Deputado, o importante é a preservação do esporte. Fica muito difícil para um pai, para uma mãe, para um responsável colocar seu filho em determinada modalidade tendo receio de que isso seja uma generalidade. Não, isso foi pontual! Acontece não só no esporte, acontece não só na ginástica, acontece em diversos esportes, acontece em diversos ambientes.



São desvios de conduta. Cabe à Justiça julgar esses desvios e dar a punição específica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Prof. Miguel de Arruda.

Desde que essas acusações foram divulgadas, eu tenho usado o exemplo de dois meninos praticantes de judô que nasceram no mesmo dia, disputam a mesma modalidade e estão dentro do mesmo peso. Ambos têm 12 anos na idade cronológica, mas um tem a idade biológica de 11 anos, o outro tem a idade biológica de 14 anos. Portanto, as cargas de treinamento devem ser completamente diferentes. Você tem que ter esse conhecimento para saber explorar o potencial do atleta. Existem procedimentos éticos para isso.

Essa questão vai da construção de uma dissertação ou de uma tese de doutorado até o treinamento lá na ponta, no futebol, no judô, na ginástica, no atletismo. Como o Prof. Miguel disse, atletas com 3 anos de diferença na idade biológica têm diferenças na força, na velocidade, na resistência, na estrutura muscular. Essas diferenças existem.

Eu deixei muito claro, em todos os momentos, o objetivo desta audiência: sairmos daqui com um protocolo formulado por esta Casa — vamos ver se isso realmente cabe a nós — proibindo terminantemente que um treinador ou um professor faça sozinho esse tipo de avaliação. Isso não pode ser possível. Os comitês de ética dos Conselhos de Educação Física já têm essa determinação, mas nós temos que determinar isso por força de lei, senão haverá um afastamento dos pais que querem colocar seus filhos em várias modalidades esportivas.

Eu diria que o problema na ginástica talvez tenha se dado por um maior esclarecimento dos atletas — se é que realmente aconteceu, porque nós estamos falando de uma acusação. Tratando-se de futebol, a situação é anos-luz maior. A CBF tem um trabalho, composto por dez itens, que trata desse tema em relação ao futebol, e já conseguiu implantar dois deles. Isso passa por um processo de mudança cultural. Pretende-se implementar os outros oito itens nos próximos 5 anos. Eu acho que é um período curto, por se tratar de uma questão cultural. O ex-Deputado e hoje Secretário-Geral da CBF, Walter Feldmann, tem acompanhado a situação e tem trabalhado



fortemente em cima disso, mas não é fácil. Nós temos que criar aqui um mecanismo de blindagem, por lei, para dizer: “O não cumprimento acarretará isso aqui”.

Ouvimos o Prof. Miguel de Arruda falar sobre o que é ciência, sobre o que existe para explorar todo o potencial genético e maturacional de um atleta. Se você der uma carga idêntica, você pode prejudicar um atleta que tenha potencial para absorver uma carga maior e um atleta que não suporta aquela carga atual.

Mas qual é a forma? Eu diria que é a atuação de uma equipe multidisciplinar, com pediatra, com pai ou mãe sempre acompanhando, com professor. Senão, uma hora ou outra isso pode ocorrer.

Não vamos nem entrar no mérito se o fato ocorreu ou não, porque não é competência desta Casa. Isso será uma ação de investigação que deve estar correndo neste momento. Não é nossa competência, e não vamos entrar nesse aspecto.

É importante que saíamos daqui com esse entendimento, porque podemos fazer isso de forma diferente.

Deputada Flávia Moraes, V.Exa. quer se manifestar?

Depois vou passar às perguntas do e-Democracia

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero ressaltar a importância da realização desta audiência pública. Muitas vezes, pelo desconhecimento dos fatos técnicos, há um julgamento em relação às notícias veiculadas, que muitas vezes são distorcidas e espetaculosas.

Não podemos deixar de ter grande preocupação com esse tema. Eu fui Relatora da CPI do Tráfico de Pessoas, em que acompanhamos vários casos, e alguns deles eram de uma nova modalidade de tráfico de pessoas: a captação de jogadores para times de futebol, que são levados com a autorização dos pais.

Quando alguém fala que o filho vai virar um atleta de futebol e que é preciso levá-lo para treinar em São Paulo, o pai ou a mãe assina a autorização na hora. Numa cidadezinha do interior, se fazem o teste e colocam o filho como um dos escolhidos, os pais assinam tudo, achando que o filho vai virar um Neymar.

Muitas vezes o que mais preocupa é que esse tipo de crime, de exploração desse jovem — e aqui, no caso, é exploração sexual —, no caso de tráfico de pessoas é a exploração sexual dele, crime que acontece de forma muito velada. Quando esse



jovem volta para a cidade dele, enfrenta uma dificuldade enorme de denunciar, de falar que saiu para ser um atleta, mas que foi levado à prostituição, porque confiscaram o passaporte dele, porque ele teve que pagar as contas. Acompanhamos vários casos assim.

Na CPI, conseguimos tipificar o crime de tráfico de pessoas, porque até então a lei brasileira só reconhecia o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual; não se reconhecia a adoção clandestina, o trabalho escravo. A cooptação de jogadores de futebol também não era mencionada. Criamos algumas normas justamente para dificultar essa prática, inclusive obrigando os clubes a manterem esses jovens na escola, a pagarem a ida e a volta, no caso de o jovem querer voltar para casa. Então, vários dispositivos foram inseridos nesse texto e ajudaram a melhorar a situação.

Acredito que podemos agir até para a própria segurança do treinador. Eu não comento se, no caso em questão, houve injustiça, porque não sei o que ocorreu. Mas, se já existissem protocolos que garantissem o compartilhamento de responsabilidade com a equipe multidisciplinar, como sugere o Deputado Evandro Roman, com certeza esses atletas não estariam passando por tanta dificuldade, por tanto transtorno, após a divulgação desses fatos. Creio ser uma questão de segurança para o próprio profissional.

Não é só a Justiça que tem que tomar providências. Os Conselhos também têm que acompanhar o exercício da profissão. Se houve um desvio de conduta, o Conselho precisa tomar providências, até no sentido de retirar a possibilidade de o infrator atuar na área. Se for comprovado que houve esse desvio de conduta, por melhor que o profissional seja, por melhor que seja a sua história de vida, ele não pode continuar atuando nessa área. Isso tem que acontecer também.

Enfim, esses temas são difíceis de abordar, mas precisamos encará-los, discuti-los e debatê-los com franqueza, sem hipocrisia. Precisamos criar mecanismos que possam dar garantias não só ao profissional que trabalha na área, mas também ao atleta, que muitas vezes fica subordinado ao seu treinador ao querer ser um grande atleta, aceitando todas as imposições e condições de treinamento. Muitas vezes, ele tem que ir além para se tornar um grande atleta, mas pode não ter o discernimento de saber o que é certo ou não, diante da necessidade de obediência, de seguir o que o



treinador pede. Percebemos isso em algumas denúncias, especificamente em certos depoimentos sobre esse caso.

Acho muito importante que existam protocolos e procedimentos que deem mais segurança para os treinadores e para os nossos atletas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Deputada Flávia Morais. V.Exa. é profissional da área de educação física e muito atuante na Comissão do Esporte, tendo sofrido conosco a ausência de credibilidade que muitas vezes passamos, principalmente pelo legado que não houve em relação à questão esportiva.

O Prof. Miguel pediu a palavra para fazer um aparte.

O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Deputada Flávia Morais, permita-me fazer um aparte para dizer o que é esse momento do atleta, seja homem, seja mulher. Esse é um momento de grande vulnerabilidade. O atleta é identificado como portador de uma aptidão para o desempenho esportivo, mas ele fica vulnerável, dado o treino que ele tem que receber. Essa vulnerabilidade muitas vezes transcende o treino. É nesse sentido que atua o Conselho de Educação Física.

Eu fiz uma intervenção semelhante a esta no Conselho Regional de Educação Física, Seção São Paulo, há 2 meses. O que o Conselho faz? Ele protege a sociedade. Essa é a função da entidade. É a sociedade que vai receber os serviços do profissional daquela área, do profissional formado nas universidades. Nesse sentido, o Conselho de Educação Física está atuante, Deputada, muito cioso do profissional que atua na sociedade, especificamente na atividade esportiva.

Esse é um cuidado que o Conselho tem tido não só com esse caso, que surgiu agora. Há vários exemplos em diversas modalidades, e o Conselho sempre está atuante. Existe uma Comissão de Ética dentro do Conselho que tem por princípio identificar essas denúncias, levar a questão à frente e, se for o caso, punir o profissional e cassar seus direitos.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Presidente, eu queria responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Claro.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eu respeito muito o Conselho. Eu não quis dizer que ele não faz nada. Pelo contrário, sei que é extremamente atuante e está muito presente conosco. Aliás, em todas as Comissões de que participo, é a entidade



que mais atua. Conhecemos a seriedade do CONFEF. Não quero questionar isso de forma nenhuma.

Mas o senhor disse que o problema de não ter feito algo é da Justiça. O problema é da Justiça, mas acredito que o Conselho também faz parte do contexto e deve atuar em relação ao profissional.

O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Concordo plenamente, Deputada. Eu não quis discordar de V.Exa. Eu só estou enfatizando ainda mais a sua fala, dizendo que o Conselho de Educação Física, ao qual sou credenciado, está sempre atento a essas situações. Há problemas em todos os ambientes. No caso aqui, de assédio sexual, isso não pertence apenas ao esporte. Isso está disseminado na sociedade toda. Recentemente, houve a prisão de inúmeras pessoas no País que participavam de redes internacionais de pedofilia, que é uma temática muito próxima dessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Por falar em Conselho, recebi agora uma mensagem do Sr. Jorge Steinhilber, Presidente do CONFEF: *“Quero parabenizar a iniciativa dos Deputados Evandro Roman e Fábio Mitidieri pelo debate. Parabens Paulo Schmitt pela defesa ética da questão e o profissional Miguel por nos brindar com seu conhecimento. Trata-se de um tema que ganhou relevância e que precisa ser enfrentado”*.

Como a Deputada Flávia Morais disse, Jorge Steinhilber é uma pessoa atuante e presente. É difícil haver uma semana em que ele não esteja aqui em Brasília acompanhando todos os temas referentes à área de educação física. Um abraço ao Presidente!

Estou com quatro perguntas, e duas são direcionadas ao Sr. Paulo Schmitt, que é assessor jurídico da Confederação Brasileira de Ginástica.

O Yghor Gomes, que é psicólogo do esporte na Federação de Futebol do Distrito Federal, participou conosco ontem de uma entrevista à *TV Câmara*, junto com a atleta Joanna Maranhão, falando sobre o assunto. Ele pergunta o seguinte: *“A CBG já programou ações de orientação aos atletas e familiares sobre essas questões de abuso sexual no esporte, inclusive com o intuito de garantir às famílias a tranquilidade de que vocês estão acompanhando essas questões?”* Diz ainda: *“A cartilha da CBG está disponível na Internet? Como ter acesso?”* Essas são as primeiras perguntas, e o senhor pode responder antes de eu passar às seguintes.



O SR. PAULO SCHMITT - Antes de responder a essa pergunta, eu quero chamar a atenção no sentido de que, nesse tema do assédio e dos abusos, eu tive que obrigatoriamente aprender para poder falar sobre o assunto: não se escolhe idade, não se escolhe gênero e muito menos modalidade esportiva.

É preciso dizer também que a ginástica está tomando suas providências, e já vinha adotando várias nesse sentido. Sei que estamos sendo indagados agora, e faço uma sugestão àqueles que tiverem interesse em se informar mais. Recentemente, o *Esporte Espetacular* transmitiu um programa muito interessante intitulado *Drama sem fim: crianças são vítimas de abuso sexual na base do futebol brasileiro*. Eu sugiro essa matéria, se houver interesse sobre o tema.

Proponho que não fiquemos falando apenas sobre a ginástica, porque dá a impressão equivocada de que a modalidade está impregnada de um problema que pode ser um fato isolado — eu não quero minimizar a questão —, e que realmente pode não ser do tamanho que é na ginástica. Temos que estar, sim, alertas e atuantes para evitar qualquer tentativa de abuso, de assédio contra os nossos ginastas. Isso possa ser prevenido e repellido de imediato.

Quanto à questão da participação dos pais, uma das nossas ações relacionada a esse tema, que já estava sendo avaliada junto ao Ministério Público do Trabalho e que a Confederação Brasileira de Ginástica normatizou recentemente, é a Portaria nº 4, de 2018, que nomeou o nosso Comitê de Ética e Integridade e fixou padrões de comportamento na ginástica brasileira.

Nós elegemos três padrões de comportamento importantíssimos para o nosso trabalho. É o seguinte:

2.1. A CBG adotará “padrões de comportamento” para seus membros, equipe e voluntários que estejam trabalhando diretamente com menores, visando um ambiente seguro de ginástica e para prevenir situações abusivas, e através de treinamento de equipe e voluntários para implementar tais padrões.

2.2 A CBG implementará um processo de contratação minucioso, por exemplo, mediante verificação



de referência e procedência criminal — dos seus eventuais contratados.

2.3. A CBG incentivará pais — e aí a pergunta que foi formulada — para se tornarem ativos e participantes o mais razoavelmente possível nas atividades de ginástica de seus filhos e implementará procedimentos para diminuir a probabilidade que uma situação abusiva possa se desenvolver.

A *Cartilha contra o Assédio*, a estrutura toda do nosso canal, que está sendo mostrada agora pela TV, está à disposição em nosso *site*. O Canal de Ética é de fácil acesso e tem uma estrutura bastante atrativa do ponto de vista do conhecimento do tema, através da *Cartilha*, do Código de Ética e do conhecimento dos membros que compõem o Comitê de Ética e Integridade da CBG. Também é possível o acesso a quem quiser reportar qualquer situação de perigo de atividade abusiva, assédio ou fatos que constituam fraude, além de orientação sobre esses temas.

Falávamos aqui sobre os protocolos que eventualmente podem surgir de um debate como esse dentro desta Casa de Leis, desta Casa do Povo. Seria muito importante ter um mínimo de protocolos. Por exemplo, atuando no futebol, como eu atuei durante muito tempo, e fazendo a assessoria jurídica de diversas modalidades, eu e minha equipe nos preocupamos com o que toda entidade esportiva tem que ter: projeto de integridade.

O que é projeto de integridade? São ações preventivas e repressivas que possam de alguma forma macular a integridade do esporte específico. Então, não é só o combate ao assédio, ao abuso e às fraudes, e não é só o futebol. Para fazer um contraponto, cito a manipulação de resultados. Casas de apostas legais e ilegais levam hoje bilhões de dólares por apostas em diversas modalidades esportivas no mundo, e o Brasil é um alvo muito interessante para as apostas.

Eu militei muito nessa área. Nós temos vários projetos de integridade que estão sendo implementados em federações, como a Federação Paulista de Futebol, que tem uma atividade específica, e a Federação Pernambucana de Futebol.

Hoje, Deputado Roman — e V.Exa. também vem do futebol, da arbitragem —, em nosso Estado, por exemplo, onde tivemos recentes escândalos de manipulação



de resultados, uma federação ou uma confederação não pode programar uma partida de futebol sem que não esteja sendo monitorada por empresas especializadas que possam dizer: *“Houve uma oscilação relevante de apostas. Esse jogo pode, sim, estar sendo manipulado no Brasil”*. Há, sim, jogos manipulados no Brasil, e não digo que é só no futebol. Assim com o assédio não escolhe idade, gênero e modalidade, a manipulação dos resultados não escolhe só o futebol.

Nessa linha, na ginástica, nós estamos adotando todas as providências. O Canal de Ética é de fácil acesso e está disponível com as informações necessárias para que todos possam tirar as suas dúvidas e nos acionar.

Espero que desta audiência e de outras que possam envolver temas importantes como este possa surgir um protocolo de necessidade de projetos e programas de integridade para todos os esportes no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - O Prof. Jorge Steinhilber, Presidente do CONFEF, diz: *“Precisamos ampliar a questão e não limitá-la à Confederação de Ginástica. Está em evidência por conta da situação conjuntural, mas penso que devemos ter atenção nas demais modalidades”*. Obrigado pela participação, Presidente Jorge.

A Xila Damian diz: *“Penso que o perfeccionismo buscado nesse esporte”* — a ginástica — *“incita o atleta a um altíssimo grau de perfeccionismo na vida. Em se tratando de crianças e adolescentes, fase de enorme vulnerabilidade e imaturidade, lidar com o assédio se torna ainda mais difícil, porque incute neles medo de se mostrarem ‘imperfeitos’*. Ela ainda pergunta o que fazer quando a exigência da perfeição no esporte vai além do tatame num período de vida em que o atleta ainda está vulnerável.

Tem a palavra o Prof. Miguel.

O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Não é bem uma pergunta, é quase uma palestra. Mas eu faço uma correção na fala da Xila Damian. Ela menciona *“nesse esporte”*, e eu quero concordar com o Paulo Schmitt, ou seja, não vamos ficar *“nesse”* esporte, mas *“no”* esporte, porque, de fato, esporte busca a perfeição. O atleta que compete em alto rendimento, qualquer que seja a idade, respeitando-se as idades, busca a perfeição. Não tem como. O exemplo está aí com a Copa do Mundo. Quem



são os que estão lá? São os melhores, são aqueles que estão mais próximos da perfeição.

É claro que não existe a perfeição no seu valor absoluto, mas há a tentativa de executar uma *performance* esportiva na melhor expressão possível. E isso aponta para aquilo que eu havia dito para a nobre Deputada Flávia, que teve que se ausentar: a vulnerabilidade. De fato, o adolescente, nessa fase, competindo nas suas categorias de idade, em busca de um alto rendimento de acordo com a sua faixa etária, está extremamente vulnerável, e essa vulnerabilidade, muitas vezes, pega um atalho, por uma questão do assédio, via identificação de maturação. Isso tem ocorrido diversas vezes.

Concordo plenamente com a fala do Paulo Schmitt. Não é só na ginástica. Eu participei de um projeto em um grande time de futebol. Nós estávamos em uma das grandes equipes do futebol brasileiro e tivemos que interromper uma pesquisa, porque um dos diretores da categoria de base estava assediando os meninos. A nossa pesquisa tinha como instrumento a avaliação da maturação sexual pela escala de Tanner. Tivemos que interromper a pesquisa. Perdemos aquela pesquisa e não avançamos nada.

Concluindo, vejam o que a Xila coloca: “*O que fazer quando a exigência da perfeição do esporte vai além do tatame?*” Eu acho que isso que ela está dizendo — “*vai além*” — é uma denúncia. E ela fala em tatame, ou seja, refere-se ao judô provavelmente. “Além” seria um assédio? “Além” seria utilizar um instrumento para se ajustar uma carga de treino e, por esse instrumento, praticar o assédio?

O que é preciso para tanto? Profissionais com boa formação. Não estou dizendo que a ginástica não tem excelentes profissionais, mas me refiro a profissionais com boa formação, sobretudo com formação ética. Disso uma universidade cuida; é preciso, depois, ser observado sequencialmente.

Será que uma comissão multidisciplinar pode resolver? Pode, porque assim se dilui o problema, tem mais gente próxima. Será que é o acompanhamento dos pais, como o Paulo já ponderou? Os pais acompanham todas as competições. Então, um acompanhamento mais efetivo também pode acontecer. Mas o que propicia tudo isso? Uma discussão assemelhada a esta, que se abre para esse discurso e busca avançar em diversas situações que estão tangenciando o problema.



Nesse sentido, Xila — não sei se ela está ao vivo, assistindo pelo e-Democracia —, concordo: é um momento de vulnerabilidade. O treinamento aponta para essa vulnerabilidade, assim como as questões que envolvem o treinamento. Eu tenho dito, pois milito muito no futebol, que, nas categorias de base, aquilo que é feito com os garotos no futebol é um sacerdócio, porque não é possível aguentar tanta carga e tanto estresse como o que se impõe especialmente às categorias de base. Por quê? Porque é um desporto de grande ascensão social, e o pai do garoto, como a Deputada Flávia falou, vai assinar qualquer coisa para ele ser um jogador de futebol de alto nível, e muitas vezes passa despercebida uma questão como essa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Prof. Miguel, o Barão de Coubertin, idealizador da Olimpíada da Era Moderna, em 1896, disse que o importante era competir. No esporte atual, no esporte de rendimento, seja qual for a categoria, isso não existe. Talvez ele não tivesse, Dr. Paulo Schmitt, Deputado Fábio Mitidieri, a previsão de que isso iria ocorrer com os meios de comunicação. Eu até brinco que vice não tem nem nome de rua.

Em se tratando de uma questão esportiva, em 1896, repito, o Barão de Coubertin soltou isso: *“O importante é competir”*. Em uma das canções da banda Mamonas Assassinas, com toda a irreverência, eles diziam: *“Te falei que era importante competir, mas te mato de porrada se você não ganhar”*. Era uma das brincadeiras que eles faziam, porque, 100 anos depois, bem certo, mudou muito isso. Com a exigência de ser campeão, de chegar ao topo do pódio, o atleta passou a ter cargas de treinamento cada vez mais diferentes em relação a essas ações.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Inclusive, Deputado, quando se vai para a iniciação na escola do desporto — o desporto começa na escola —, nas aulas de educação física, percebe-se que aqueles que se destacam vão passando para determinadas modalidades. Mas nessa fase o importante é competir. A partir do momento em que você pinçou e disse *“olha, você vai jogar futsal, você pode jogar basquete”*, passa a ser a iniciação ao alto rendimento. Ali parou a brincadeira e você quer ganhar. Essa é a criação nossa. Quando você disse que em vice nem vento bate nas costas, a verdade é essa. Eu vejo nessa questão o que está acontecendo hoje



com essa denúncia, quando temos que separar muito bem o que é o esporte e o que é uma denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Isso para que não se prejudique a imagem do esporte, seja da ginástica ou de qualquer outra modalidade, e vamos até além. Não é uma questão exclusiva do desporto; é uma questão, como foi dito aqui, de outras áreas também. Nós temos isso inclusive na religião, nas igrejas. Temos que entender que é um problema. No Nordeste dizemos que não vamos tratar o carrapato matando o boi. Então, ninguém vai acabar com o esporte por conta disso. Nós vamos investigar, punir aqueles que têm culpa no cartório, aqueles que merecem ser investigados, e preservar o desporto, que é uma atividade muito bonita. Como V.Exa. mencionou aqui, o esporte é vida e faz parte do cotidiano da sociedade.

Esperamos que a ginástica saia mais fortalecida ainda desse processo, porque a área demonstra precaução, pela Cartilha que foi feita antes de a denúncia ocorrer, pelas ações da CBG, pelas iniciativas que foram tomadas de combate ao assédio muito antes de qualquer denúncia. É muito comum termos reações a um problema posto e, no caso em tela, vocês tomaram precauções antes de a denúncia ocorrer. Então, parabéns à CBG, e que sejam investigados aqueles que efetivamente merecem ser punidos.

O SR. PAULO SCHMITT - Eu gostaria só de dizer também, Deputado, que o Ministério Público do Trabalho ficou bastante interessado na parceria, porque normalmente se procura um órgão fiscalizador para acusar, reprimir, estabelecer uma busca, perseguição a sanções, e poucas entidades procuram um órgão como o Ministério Público do Trabalho no sentido de prevenir. Eles nos ajudaram muito. A Cartilha é deles e eles emprestam essa estrutura junto com determinadas modalidades.

Escolhemos com o Dr. Marcel, como símbolo da campanha, o ginasta Arthur Zanetti, porque ele nunca foi assediado, molestado, abusado, aliciado. A ideia é passar uma mensagem neste sentido: *“Eu nunca fui, portanto, você não precisa ser para se tornar um campeão, para ser um medalhista”*. Essa foi a nossa intenção.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Assisti à matéria, e hoje, por conta da audiência, eu a assisti novamente. Vi que o Fernando tinha uma parceria com o Diego



Hypolito. Diego Hypolito disse: *“Olha, eu nunca suspeitei, nunca ouvi falar”*. É até interessante, porque é um atleta de ponta, que já representou o Brasil por muito tempo e trabalhou com esse profissional durante diversos anos sem nunca ouvir nem falar desse tipo de situação, senão não teria feito um processo social com ele.

Como você diz, nós não somos justiça, há polícia para investigar, mas acho interessante que se ouça também esse outro lado. O Dr. Miguel de Arruda abordou uma situação aqui que eu desconhecia, porque não sou profissional da área de educação física, no sentido de que determinados procedimentos da medicina e da educação física podem ser interpretados de outra forma também. Não faço o papel de advogado do diabo, até porque as denúncias são mais complexas. Há denúncias que não foram feitas num consultório médico.

O SR. PAULO SCHMITT - Que há respaldo pela ciência, por ora, há.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Atletas que denunciaram disseram: *“Olha, não foi num consultório médico. Eu estava dormindo e acordei sendo apalpado”*. Então, nada há na educação física ou na medicina que justifique esse ato. Mas é preciso ter cuidado com isso, porque há profissionais sérios que adotam esse mesmo sistema e podem agora ser punidos ou estar preocupados com uma possível punição, mas por adotarem um sistema que é científico. Isso tem que ser levado em consideração também, para que profissionais sérios não possam agora ser recriminados por conta do mau comportamento de um profissional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Perfeito.

O Yghor Gomes, que é psicólogo do esporte, já fez uma pergunta para nós aqui. Ele pergunta para o Dr. Paulo Schmitt: *“De que forma a CBG pretende fiscalizar o cumprimento do Código de Ética?”* Ele também pergunta: *“Tem punições previstas para os infratores?”* Na outra ele conclui: *“O problema não é a falta de denúncia, mas a mudança de comportamento, a exemplo do bullying”*. São essas as duas perguntas.

O SR. PAULO SCHMITT - Bom, o Código de Ética está disponível no nosso Canal de Ética, como já mencionamos aqui. O Código de Ética foi elaborado por mim e pelo Dr. Thiago Barbosa. Dentro da estrutura do Código, nós trouxemos várias disposições, entre elas a composição do Comitê de Ética e Integridade, que é quem aplica as sanções por violação do Código de Ética, as sanções éticas. Entre essas sanções, estão previstas: advertência, repreensão, multa, devolução de prêmios,



suspensão, proibição de acesso a locais de competição, proibição de tomar parte em qualquer atividade relacionada à ginástica, medidas de interesse social e demissão.

O exemplo do *bullying* também é muito importante para o esporte, mas é óbvio que se fala muito em assédio sexual, assédio moral, abusos. A Cartilha tratou dessas questões também. Nós a levamos ao conhecimento do Ministério Público do Trabalho, que fez a adaptação da sua estrutura da Cartilha para contemplar, além da estrutura regular do assédio, também os trotes, *bullying* e LGBTfobia. Há muito disso no ambiente esportivo, e, embora tratados muitas vezes como brincadeiras, ou de outra forma muito mais descontraída, certas horas causam um trauma muito grande para os atletas, seus familiares, enfim, para a carreira deles.

Acho sim, Deputados, demais presentes, Dr. Miguel — doutor mesmo, porque doutor é quem tem doutorado. Hoje em dia nós convivemos com a cultura de que todo mundo é doutor e conhecedor. Não! Os verdadeiros doutores, que têm o título acadêmico, têm, sim, essa responsabilidade no esporte, de difícil cumprimento, muitas vezes, que é trazer ciência ao ambiente das paixões.

O nosso esporte é paixão pura, o esporte em geral é paixão pura. Às vezes, com Justiça Desportiva, com normatizações, com regamentos, tentamos muitas vezes trazer a ciência, o conhecimento e a razão para dentro desse ambiente apaixonante.

Essa é uma missão difícil para todos nós. O Conselho Federal de Educação Física sempre foi um grande parceiro do Direito Desportivo para trazer essa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Registramos a presença do Deputado Vicente Candido, que está nos prestigiando. Obrigado pela presença.

A última pergunta é do e-Democracia.

Depois, se o Deputado quiser, poderá fazer uso da palavra. Do contrário, passaremos para as considerações finais.

O João Rodrigues Rosa Neto é um profissional de educação física de São Paulo. Ele faz a seguinte pergunta ao Sr. Paulo Schmitt: *“A atleta Jade Barbosa comentou que é preciso renovar o ambiente para que as crianças e os adolescentes se sintam à vontade para praticar o esporte novamente. Que tipo de renovação poderia ser feita? Há interesses nas corporações que dirigem o esporte?”*



O SR. PAULO SCHMITT - Eu acho que a renovação já vem acontecendo em várias áreas do conhecimento, não só na científica. Há um clamor social por renovações, inclusive na política. Isso é inegável. Todos nós temos que reconhecer a necessidade de oxigenação das nossas estruturas, também traçando um paralelo direto com aquilo que foi perguntado. Nós estamos dentro da CBG, imagino que em outras confederações também seja assim, fazendo, junto às nossas seleções, nos campeonatos nacionais, nos clubes e nas federações, uma grande campanha de conhecimento nessa área do assédio, das fraudes, de combate ao *doping*, enfim, de todos os males do esporte moderno ou não tão atuais, em temas já muito debatidos.

O grande problema dos dirigentes esportivos, ainda, se me permite uma crítica a mim mesmo e a todos os outros que possam ser considerados dirigentes esportivos, é achar que não falar do problema faz com que ele desapareça.

Então, há dogmas, como falar de projetos de integridade, de temas relacionados ao assédio, em que o dirigente dá pinote no sentido de que isso vai afastar o patrocinador. Falar disso não é bom.

Mas eu acho que é justamente o contrário: precisamos enfrentar as temáticas e, quem sabe, Deputado Roman, implementar uma certificação de integridade para as entidades, para que se traga um mínimo, como hoje em dia se fala, de governança.

Os patrocinadores têm exigido das entidades esportivas e confederações premissas de governança, que vêm da própria legislação, como a alternância dos mandatos e a participação dos atletas em todas as organizações internas das entidades. Essas são premissas de governança. Nós precisamos também estabelecer premissas de integridade, para dizer ao patrocinador — e é muito difícil tratar disso — : *“Este é um ambiente provavelmente livre de assédio; este é um ambiente provavelmente livre de fraudes”*. É isso o que estamos fazendo nas confederações, muito especificamente na CBG, que está com as portas abertas.

A Presidente Luciene disse: *“Nós precisamos disso. É isso o que nós queremos nesta gestão”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sr. Paulo Schmitt.

Passo a palavra ao Deputado Vicente Candido.



Deputado Vicente, nós estávamos falando sobre o trabalho que a CBF vem fazendo. Dos dez itens que ela já implantou, de forma presente, há dois itens referentes a esse combate. Há previsão de implantação, nos próximos 5 anos, dos oito restantes, porque isso passa por um processo cultural. Até fizemos elogios ao ex-Deputado e hoje Secretário-Geral Walter Feldman pela forma como está conduzindo os trabalhos. Mas sabemos da dificuldade, pois talvez se trate da maior modalidade com esse tipo de problema no País. Porém, isso está sendo combatido pela Confederação.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - O.k.

Parabenizo os palestrantes, que, mais uma vez, cedem seu tempo e sua inteligência à disposição do Congresso Nacional. Às vezes, até abusamos um pouco da compreensão e da ajuda da sociedade civil. Infelizmente, produzimos pouco. Vemos aqui tantas pessoas inteligentes, tanto conhecimento acumulado, mas nem sempre conseguimos processar, fazer leis, programas ou projetos de Governo. Mas é melhor assim do que não ouvir a sociedade.

Quero aproveitar este momento, Deputado Roman, primeiro, para ressaltar a sua dedicação plena para a melhoria do esporte brasileiro. Espero que o projeto coordenado por V.Exa. sobre o desporto escolar ainda vire um programa de Estado no Brasil.

Tendo em vista o meu desconhecimento do assunto, aproveito a presença do Prof. Miguel para ouvi-lo, como Diretor da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, sobre como está a educação física no circuito universitário, na UNICAMP ou nas três universidades estaduais de São Paulo. Em que é possível avançar? O que poderíamos provocar neste momento eleitoral, em que os candidatos vão se expor, vão apresentar suas ideias e seus programas?

Eu estou coordenando a campanha de Luiz Marinho, candidato do meu partido a Governador de São Paulo, e tenho o maior apreço por esse debate, não pensando egoisticamente apenas no meu partido, pois todos os partidos devem oferecer à sociedade aquilo que têm de melhor. E esse projeto tem que ir além da questão partidária.

Eu tenho muito interesse em dialogar com o senhor e com as outras duas universidades sobre o esporte na universidade. Eu morro de inveja daquilo que os



americanos fazem no circuito educacional. A potência educacional nos Estados Unidos vem muito das universidades. Espero que um dia possamos copiar aquilo que é bom pelo mundo afora. Para não dizer que estou me espelhando no pai do capitalismo, lembro também o que fazem em Cuba. Cuba leva o esporte a sério.

Então, eu tenho muito interesse nesse tema, seja como cidadão, seja como dirigente de uma campanha. Espero que possamos provocar, a partir dos candidatos, aquele sonho coordenado pelo Deputado Roman, que é o desporto educacional, principalmente os campeonatos universitários nas escolas.

O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Nobre Deputado Vicente Candido, permita-me uma resposta bem singela: sua manifestação soa como música para nós.

Esse é o grande clamor nosso. Não falamos só pelas três universidades públicas paulistas, mas por todas as universidades ou centros universitários que têm cursos de Educação Física, que formam os profissionais que vão atuar nessa área, seja como bacharel, seja como licenciado, no trabalho ligado ao fenômeno do esporte, em particular, ao esporte universitário.

Estivemos com o Presidente da CBDU — Confederação Brasileira do Desporto Universitário hoje pela manhã. O que é preciso? Deputado, eu não sei apontar qual é o caminho, mas talvez devamos fazer uma discussão no ambiente da Câmara para ver o que deve ser feito no desporto, no esporte das universidades.

Não vamos usar só o exemplo dos Estados Unidos, porque a questão lá é outra. O esporte no nosso País é clubista, ou seja, é dependente dos clubes. Os clubes se agregam às federações, que se agregam às confederações. Desculpe-me repetir aqui, mas isso é chavão. É diferente do que acontece nos Estados Unidos. A atividade lá não é clubista; a atividade lá é universitária.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Aqui deveria ser assim também, mas não damos o apoio suficiente para que os clubes cumpram seu papel.

O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Justo! Agora, não vamos defender só os Estados Unidos. Vamos olhar o sistema de Cuba.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - A poucos quilômetros dali, é possível atravessar o mar e ir para Cuba.

O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Isso, dá até para atravessar nadando — não com a minha capacidade, mas com a de outros, sim.



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Está certo.

O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Ali, vemos que há uma política de Governo. Do que nós precisamos? Precisamos, de fato, de uma política de Governo. Nós estamos formando profissionais para atuar na sociedade, ao sabor das oportunidades, e não ao sabor de um projeto, especialmente de um projeto cujo nascedouro seja numa célula pequena lá no Município para, depois, ir para uma região mais ampliada, que envolva diversos Estados do Sul, do Sudeste, do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Então, o que nós precisamos, Deputado — e esse é um clamor nosso —, é fazer isso.

Podemos ampliar um pouco essa discussão, e, repito, não ficar só nas três universidades públicas paulistas. Por quê? Se olharmos para a USP, veremos que lá há um curso que envolve educação física na Escola de Artes, Ciências e Humanidades — EACH. Ali, temos o Departamento de Ciências do Esporte. Há um curso de Educação Física na USP Butantã e na USP Ribeirão Preto. Na UNICAMP, por sua vez, há um curso de Educação Física no *campus* Campinas e um curso de Ciências do Esporte, que forma só bacharéis, no *campus* de Limeira. Se nós formos para a UNESP, vamos ver que, em diversos locais, há cursos de Educação Física. Há em Rio Claro, em Bauru, em Botucatu, em diferentes cidades.

Poderemos até ampliar esse leque e fazer uma discussão sobre isso especialmente entre as universidades públicas paulistas. Inclusive, eu me coloco à disposição dos senhores, pois, na minha condição de diretor, tenho ligação com todos os outros diretores. Eu vejo que essa temática é importantíssima.

Nós viemos aqui para discutir a questão do assédio. Eu vim aqui para falar de uma metodologia usada na educação física e que algumas vezes se desvirtua, o que pode nos levar a esse tema de hoje.

Então, sugiro reunirmos os dirigentes. A equipe pode se reunir também. São os representantes dos alunos que tratam do esporte universitário. A ideia é tratar da temática da formação do profissional e da aplicabilidade do esporte no ambiente universitário.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Com a devida anuência do Presidente, o senhor já se considere requisitado para nos ajudar, já que a requisição pelo Brasil afora está na ordem do dia. Tenho todo o interesse.



O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Eu atenderei com enorme prazer o pedido, nobre Deputado Vicente, e o faço não por mim, mas sim pela educação física.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Vamos construir uma política de Estado. O partido que quiser adotá-la será aplaudido.

O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Justo. Se encontrarmos respaldo aqui na Câmara, no Legislativo, isso será quase inimaginável para nós. Repito isso e concluo a minha fala.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Está assinado um contrato aqui.

O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Isso soa como música para nós.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Deputado Vicente, como foi o autor da pergunta e das colocações, V.Exa. poderia apresentar um requerimento. V.Exa. faria então o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Eu o apresento na semana que vem, independentemente do que podemos fazer em São Paulo. Já iríamos colocando isso em prática. Mas fazemos o debate aqui para que tenha caráter nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Perfeito, excelente, Deputado.

(Não identificado) - Vamos centralizar uma discussão na USP também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Isso, tranquilo.

Eu gostaria de saber se o Deputado Arnaldo Jordy quer fazer algumas considerações. Se não quiser, passarei a palavra primeiramente ao Dr. Paulo Schmitt, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Ginástica, para que faça suas considerações finais, e depois ao Dr. Marcel e ao Dr. Miguel. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Sr. Paulo Schmitt.

O SR. PAULO SCHMITT - Quero apenas dizer que a Confederação Brasileira de Ginástica já vinha adotando providências para o combate ao assédio, já vinha se preocupando com o tema do assédio, do abuso. Está na sua pauta permanente esse e outros temas relacionados a violência e fraudes na ginástica. A atual gestão está muito preocupada com esses assuntos e vai fazer tudo o que for possível para efetivar ações concretas, desenvolvimento de projetos, busca de parcerias.



Acho muito importante a presença da universidade numa mesa como esta. O Congresso Nacional também está preocupado com o tema. Trata deste assunto de forma mais ampla, até para que possamos ter, num dos esportes olímpicos, que são os esportes mais fragilizados do ponto de vista econômico se comparados ao futebol, uma melhor estrutura para abordar o tema.

Nós estamos buscando essas parcerias. Fizemos inicialmente parceria com o Ministério Público do Trabalho. Isso está fortalecendo não só a instituição como também os órgãos que funcionam junto à Confederação. Menciono o seu Comitê de Integridade, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, que são órgãos autônomos. A intenção é ir conclamando nossas federações filiadas, a Comissão Nacional de Atletas, dentro da ginástica, os clubes, para que, irmanados, possamos estabelecer, como é devidamente cobrado pela sociedade, um ambiente mais seguro para os nossos atletas e para o nosso esporte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado, Sr. Paulo Schmitt, pelas suas considerações, pela exposição e principalmente pelas respostas a várias perguntas dos nossos internautas.

Passo a palavra ao Sr. Marcel Ferraz Camilo, advogado do Coordenador Técnico da Seleção Brasileira de Ginástica Artística, Marcos Goto.

O SR. MARCEL FERRAZ CAMILO - Deputado Roman, eu gostaria de agradecer ao senhor, ao Deputado Candido.

Digo, em nome do Marcos, na defesa feita aqui hoje, que a separação dos casos é muito importante para ele. Como um grande fomentador da ginástica brasileira, desde 1990, ele, onde estiver neste momento, deve estar se sentindo agraciado com tais palavras, porque realmente essa distinção foi muito importante para ele.

Quero também deixar claro que é muito importante o debate nesta Casa. Como dissemos, o esporte não pode ser prejudicado. O esporte não pode pagar pelos atos de pessoas. Como dissemos, a sociedade hoje vivencia isso em todos os seus sentidos. Nós vimos casos no Chile, a prisão de mais de 250 pessoas pelo mundo, inclusive no Brasil, por questão de assédio.



Eu acho que a imagem do nosso campeão olímpico é a que se quer do esporte. Isso tem que ficar salientado. Esta é a ginástica que queremos, este é o esporte que queremos, o da vitória de um menino que não teve nenhum tipo de intercorrência na sua carreira e trouxe louros para o Brasil. Eu acho que isso é o que tem que ser positivo, para poder fomentar o esporte dentro do País. Na verdade, é o exemplo que arrasta. As palavras até levam, mas os exemplos arrastam.

Eu gostaria de agradecer mais uma vez pelo convite. Caso precisem de alguma coisa, estaremos à disposição novamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Marcel. Transmita um abraço ao campeão olímpico Marcos Goto e ao Arthur Zanetti, que, podem ter certeza, nos orgulham muito.

Espera-se que isso seja elucidado o mais breve possível e que ele continue com a mesma energia, a mesma a força, até porque não há acusações sobre ele em relação a isso.

Concedo a palavra ao Prof. Dr. Miguel de Arruda, Diretor da Faculdade de Educação Física da UNICAMP.

O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Minhas palavras são de agradecimento. Tratou-se de um tema muito espinhoso nesta vinda aqui, num momento tão conflitante por que está passando o nosso País. Estamos nesta Comissão do Esporte discutindo uma questão bastante espinhosa, assédio, que não é exclusivo do esporte, não é exclusivo de uma modalidade, mas está presente.

Isso impacta diretamente no nosso produto, naquilo que colocamos no mercado. O que uma faculdade de Educação Física põe no mercado? Profissionais, com a melhor formação possível, como bem destacou o nobre Deputado Vicente Candido. Eu posso dizer que fazem isso especialmente as três universidades públicas paulistas. Com o devido cuidado e com protagonismo, formam profissionais altamente qualificados para que atuem na sociedade.

Há conteúdos tratados na educação física que, algumas vezes, não são utilizados adequadamente. Cabe ao nosso Conselho Federal de Educação Física ser cioso em relação a esse profissional que atua na sociedade. E ele o é, e tem sido, e sempre será.



Enalteço e cumprimento o nobre Deputado Evandro Roman nessa propositura desse requerimento na Comissão do Esporte.

Deputado, eu me coloco sim à disposição para debater outras temáticas, e não tão espinhosas como esta. Espero que sejam mais avançadas, tenham abrangência ainda maior para a educação física no nosso País, para que ela se constitua, nos seus ramos da atividade esportiva, como um projeto de governo, como uma política governamental para o nosso País.

Carecemos do desporto na sociedade, do desporto no ambiente universitário, de uma experimentação no ambiente em que vivemos. O desporto universitário é aquilo que aplicamos. É isso que nós ensinamos sim. E se o aplicarmos em nós mesmos universitários? É esse o desporto.

Estou muito grato e me sinto muito enaltecido por esta participação. Estou aberto para participar de outras tantas mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Registro meu agradecimento a todos.

Eu gostaria de dizer que nós temos conhecimento, no Estado do Paraná — estou certo de que o Dr. Paulo Schmitt o conhece também —, do trabalho que é feito pela incansável profissional Vicélia Florenzano. Há mais de 3 décadas, acredito, ela faz um trabalho fantástico no âmbito da ginástica rítmica no Estado do Paraná.

Esse trabalho nos orgulha muito como paranaenses e como brasileiros, e é a primeira vez que se ventila uma situação que tem de ser apurada. Há todo o trabalho histórico de uma confederação, feito por muitos anos, um trabalho que conheço no Estado do Paraná, que é feito também pela atual Presidente da Confederação, por todos, mas essa questão tem que ser elucidada, para que não haja dúvidas em relação a isso. Vamos combater quem tiver esse tipo de conduta. Vamos fazer o combate por normas, por leis. Vamos sim atuar para que possamos ter um esporte cada vez mais forte, Deputado Vicente Candido.

O Prof. Miguel de Arruda deixou muito clara a preservação do esporte acima de tudo. Vamos buscar sim quem destoa disso. Se for o caso, dentro dessa denúncia, esse profissional, que é o Fernando. Quero dizer tanto ao Fernando quanto ao Marcos Goto que, em outros momentos, estaremos dispostos também a fazer um debate.



Vamos fazê-lo, até para que eles também possam, principalmente o Fernando, ter a oportunidade de se defender e ter esse entendimento. Nós temos que centrar energia na solução desse problema. Isso é o que nós todos aqui buscamos.

Agradeço a Paulo Schmitt, Marcel Camilo, ao Prof. Miguel de Arruda, a todos os Deputados, a todos os presentes aqui.

Nada mais havendo a tratar, convoco todos para participarem da mesa-redonda do dia 5 de junho, às 14h30min, que será realizada neste plenário.

Está encerrada a presente reunião.